



Recuperação dos financiamentos à Petrobrás

Desde o dia 29 de dezembro passado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está autorizado a conceder financiamentos, com recursos do Fundo de Marinha Mercante, Fundo de Amparo ao Trabalhador, entre outros, para a compra de navios, plataformas e gasodutos por empresas estatais. O parecer do procurador-geral da União, Geraldo Quindão, autoriza os bancos oficiais a emprestar dinheiro não só ao setor naval mas às demais áreas de atuação das estatais, beneficiando a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Esta medida representa não só a recuperação dos financiamentos à Petrobrás, como também o fortalecimento, a curto prazo, da indústria naval, setor chave da economia fluminense.

Cumprir lembrar que o BNDES vinha se negando a financiar projetos da Petrobrás e da Vale do Rio Doce pela interpretação que dava da Lei do Colarinho Branco (7.492/86), tentando, com isso, impedir o financiamento de estatais por parte

dos bancos oficiais de fomento. O errôneo entendimento da lei fez com que as duas empresas buscassem produtos e serviços internacionais, fornecidos com financiamento, provocando uma redução de encomendas ainda maior no parque fabril nacional. A AEPET já vinha conduzindo este assunto desde 1992, tendo, inclusive, estabelecido contato com o então mi-

nistro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

A autorização ao BNDES foi precedida de gestões do governador eleito do Rio, Marcello Alencar, que, juntamente com uma articulação liderada pela deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), envolvendo o secretário de Indústria Comércio e Turismo do Rio, Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ), organizou comitiva e esteve em Brasília ainda no governo Itamar Franco. O grupo, constituído também por representantes da AEPET e do Sindicato das Indústrias de Construção Naval (Sinaval), foi recebido pelo ex-ministro Ciro Gomes e, posteriormente, pelo próprio presidente da República.

Como forma de facilitar ainda mais o repasse de recursos às estatais, a AEPET iniciará gestões no sentido de eliminar o atual limite que o BNDES determina de endividamento do setor público para com ele, estabelecido desde o governo Collor.



Almirante Stofel, Winston Fritsch (Secretário de Política Econômica), Wagner Victor (AEPET), Paulo Marinho (Sinaval), governador Marcello Alencar, presidente Itamar Franco, Ronaldo Cezar Coelho (Secretário de Indústria, Comércio e Tur, Jorge Donato (Grupo Caneco), deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) e o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, no Palácio do Planalto

Impactos para o setor naval

O setor de construção naval, de capital tipicamente nacional, é mais importante para o Rio do que a indústria automobilística - de capital predominantemente estrangeiro - para São Paulo. Este setor ocupou, no passado, as principais posições no ranking internacional de tonelagem produzida e, hoje, infelizmente, possui uma capacidade ociosa de pelo menos 60%, embora tenha um potencial de geração de 40.000 novos empregos diretos e 200.000 indiretos. Na década de 70, quando a indústria naval se consolidou no País, o setor gerava 50 mil empregos diretos. Conforme divulgado no encontro em Brasília, estatísticas que estão em poder do governador Marcello Alencar demonstram que, atualmente, quase a metade dos camelôs do Rio é constituída de ex-empregados de estaleiros.

É fundamental esclarecer que os efeitos para a economia regional e nacional da construção de um navio ou de uma plataforma de petróleo não se fazem sentir apenas durante o período das obras. Sendo bens de capital, estas unidades, após construídas, transformam-se em verdadeiros nichos de movimentação econômica, suportes à soberania de um País no campo

econômico, devido à redução de dispêndio de divisas, por eliminação de fretes e afretamentos internacionais e diminuição de importação de petróleo.

Quanto ao suporte financeiro ao setor, foi extremamente abalado, já que uma das tradicionais fontes de financiamento, o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante, por decisão do governo Collor, foi reduzida pela metade. Contudo, é importante lembrar que existe a perspectiva de retorno deste Adicional ao fluxo financeiro anterior, devido ao Projeto de Lei Nº 3.448/93 do deputado Carlos Santana (PT-RJ), que, aliado ao do ex-deputado Luiz Salomão, Projeto de Lei Nº 3.324/93, estabelece cotas privilegiadas para a navegação nacional. Estes projetos têm tido a participação e o acompanhamento da AEPET.

Não podemos esquecer, ainda, que uma das formas de redução dos financiamentos foram os desvios dos recursos do Fundo de Marinha Mercante para o Fundo Social de Emergência, ocorridos em 1994. Neste contexto, o desmonte da Marinha Mercante brasileira foi contundente, considerando-se a drástica redução da participação de navios de registro brasi-

leiro na carga geral: 21% em 1984 e inexpressivos 3% em 1993.

Não é demais registrar que países hoje inseridos no chamado Primeiro Mundo ancoraram seu crescimento econômico no setor naval, como EUA e Japão, estabelecendo, inclusive, regras protecionistas. Um exemplo disto foi a recente proposta ao Senado americano do Maritime Security Program, que destinará à Marinha Mercante americana subsídios de US\$ 1 bilhão por ano.

A iniciativa do grupo de parlamentares que esteve em Brasília juntamente com o governador Marcello Alencar demonstra a compreensão da necessidade da interação do setor naval com as demais áreas de empresas como a Petrobrás e sua missão constitucional de executora do Monopólio Estatal do Petróleo. Os interesses internacionais neste setor se tornaram recentemente mais claros através de uma das propostas que está sendo encaminhada pelo atual executivo para a "Reforma Constitucional", eliminando a exclusividade na cabotagem e na navegação interior a navios de bandeira brasileira, alterando o artigo 178 da Constituição.

AEPET - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/94

ATIVO			
CIRCULANTE			
DISPONÍVEL			
Caixa	1.445,79		
Bancos c/Movimento	7.378,62		
Aplicações Financeiras	81.279,93	90.104,34	
CRÉDITOS			
Depósitos Vinculados	0,04		
Adiantamentos para Viagens	198,54	198,58	90.302,92
TOTAL DO CIRCULANTE			90.302,92
PERMANENTE			
INVESTIMENTOS			
Ações Diversas		1.677,92	
IMOBILIZADO			
Instalações	62,76		
Móveis e Utensílios	8.909,54		
Equipamentos de Informática	15.791,85		
Direito de Uso de Software	2.476,04		
(-) Depreciação	(12.471,50)	14.768,69	16.446,61
TOTAL DO PERMANENTE			16.446,61
DIFERIDO			
Direito de Uso de Telefone		5.112,34	
(-) Amortização		(1.533,70)	3.578,64
TOTAL DO DIFERIDO			3.578,64
TOTAL DO ATIVO			110.328,17

PASSIVO			
CIRCULANTE			
Encargos Sociais a Recolher		8.968,28	
TOTAL DO CIRCULANTE		8.968,28	
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Exercícios Anteriores	5.269,59		
Variação Patrimonial do Exercício	96.090,30	101.359,89	
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL			101.359,89
TOTAL DO PASSIVO			110.328,17

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL, CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1994:

PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/93	5.269,59
CONTRIBUIÇÕES	
Associados	438.885,30
(-) Repasse para Núcleos	(64.566,65)
OUTRAS RECEITAS	
Financeiras	48.402,15
Eventuais	278,76
RECEITAS EXTRA-SOCIAIS	
Recuperação de Despesas	3.169,57
Correção Monetária do Permanente	17.424,23
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Com Pessoal e Sociais	(121.600,49)
Gerais de Manutenção	(223.955,38)
Financeiras	(1.947,19)
PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/94	101.359,89
SUPERAVIT NO PERÍODO:	96.090,30

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1994.
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS

Fernando Leite Siqueira
Presidente

Júlio Diniz Bastos Pinto
Diretor de Patrimônio

SEGMENTO CONTÁBIL E AUDITORIA LTDA.
CRC-RJ 1.267

Paulo Siqueira Silvério
Contador CRC-RJ nº 49.732-8

■ Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) - Av. Almirante Barroso, 22, 19º andar - Centro - RJ
CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774
■ Boletim da AEPET ■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto
■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Graphis Comunicação & Design Ltda. - Tel.: 220-2566/240-4395